

## O Texto Liberto

---

DONALDO SCHÜLER\*

---

O discurso de Riobaldo em **Grande Sertão: Veredas** está orientado em duas direções: o receptor e o referente<sup>1</sup>. E, em ambas, o narrador e explorador luta pela autonomia.

Quem vem de **Vidas Secas** vê os papéis trocados. A oposição civilização — rusticidade, que nos acompanha desde o arcadismo, persiste. A voz, entretanto, está agora com o homem rústico, e o silêncio, com o civilizado. O arcadismo permitia que o homem rústico falasse com disfarce clássico e com linguagem culta. Via-o através de uma máscara civilizada, isto é, trazia-o agrilhado. O indianismo — ressalvadas as pinceladas de cor local — impunha ao silvícola virtudes, pensamento e língua civilizadas. Apareceu a literatura regional com documentação rústica maciça, mas esta não foi admitida entre a grande literatura, mesmo que tivesse o porte dos contos de Simões Lopes Neto.

O sertanejo Riobaldo fala, enfim, demoradamente de suas próprias coisas com a sua própria linguagem. E não permite que o

---

\*Prof. da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

seu discurso seja interrompido por voz civilizada. O texto seqüestrado, depois de uma luta de séculos, estende-se amplo, rijo e livre. Riobaldo liberta uma linguagem proibida. Não o intimidam as sanções da gramática e do dicionário. O respeito que declara ao receptor não vai ao ponto de submeter-se aos códigos dele. Riobaldo troca passividade ante a cultura estranha por investidas agressivas. Interroga o interlocutor, adivinha-lhe as dúvidas e as contesta. O rústico já não se retrai a um mutismo humilhado e constrangido, fala soberanamente. Através do ouvinte culto estabelece diálogo com a cultura ocidental. Coloca-se ao nível dos mais altos problemas que preocupam o ocidente sem abandonar o que é seu.

Riobaldo fala de suas coisas e de seu mundo, mas não como seqüestrado. Seqüestrado curva-se Façiano, sujeito a poderes mágicos, cósmicos e sociais. Riobaldo, ao contrário, afasta-se criticamente do referente confrontado com o mito, conserva distância suficiente para interrogá-lo. Fala do seu mundo como liberto dele ou em vias de libertação.

A liberdade não lhe foi doada, conquistou-a nos embates da vida. Diadorim, o dúbio companheiro de suas andanças, agiu decisivamente em sua formação. Antes de encontrar Diadorim, menino, estava sujeito à autoridade materna, era um com o mundo. Diadorim ensinou-lhe a tomar iniciativas arriscadas sem o consentimento de ninguém, a dominar o medo, a defender-se do agressor, a contemplar admirativamente os contornos familiares.

Atravessar as perigosas correntes do Rio São Francisco, numa frágil embarcação, sem ajuda adulta, foi-lhe um novo nascimento. Recordando o episódio diz ao interlocutor:

"Amanheci minha aurora"<sup>2</sup>.

Aprende a estar com o perigo sem deixar-se dominar por ele. A travessia ensinou-lhe que "viver é muito perigoso", note que se desdobra em muitas variações na sua dilatada fala.

Na ocasião em que se destaca da autoridade e do mundo, descobre-se também a si mesmo. O olhar, as feições e a pele do companheiro despertaram-lhe reações que nunca sentira antes. Sentiu-se simultaneamente atraído e repellido pelo outro. Perdeu o outro no momento de encontrá-lo. E neste jogo de perda e ganho, Riobaldo

perdeu-se e ganhou-se a si mesmo. O mundo se tornou estranho a si próprio. No balanço de perdas e ganhos, nota que também perdeu a linguagem, ou parte dela. Observa:

"Muita coisa importante falta nome"<sup>3</sup>.

A descoberta desta insuficiência é fundamental para a invenção da linguagem destemidamente exercida no momento de narrar.

Riobaldo, no entanto, chega à posse da palavra em meio à ação. A palavra dá-lhe posição de proeminência no julgamento de Zé Bebelo, passo importante do silêncio à palavra. Aí não se delibrou apenas sobre a sorte do inimigo, tomou-se posição diante do passado. Hermógenes entendeu de imediato o significado da constituição do tribunal de jagunços com Joca Ramiro na presidência. Declarou-o contrário aos usos, estes determinavam a morte do inimigo sem julgamento.

A tradição domina o homem, enquanto este não fala. Pois a sabedoria lhe é transmitida de um passado remoto e autoritário, ele é muito mais objeto de um discurso de que falante. No momento em que o homem passa a falar, distancia-se dos usos e os julga.

Balandier mostra a autoridade da tradição como uma das formas de dependência<sup>4</sup>. É deste seqüestro que o bando de Joca Ramiro se liberta ao se reunir para julgar.

O julgamento, leva o sertão a assimilar uma instituição importante dos homens civilizados. Mas isto não põe o sertão na dependência da civilização, provoca apenas o movimento do sertão. Zé Bebelo não é julgado pelo código penal brasileiro, mas pela lei do sertão.

Chegamos a um estágio em que o confronto rusticidade — civilização já não é pernicioso àquela, como ainda ocorre em **Os Sertões** de Euclides da Cunha. O sertão já tem condições de aprender da civilização sem se descaracterizar. Isto fica claro no diálogo entre Joca Ramiro e Zé Bebelo na abertura do processo.

Joca Ramiro:

"—o senhor veio querendo desnortear, desenca-  
minhar os sertanejos de seu costume velho de  
lei..."

Zé Bebelo:

"—Velho é, o que já está de si desencaminhado. O velho valeu enquanto foi novo..."

Joca Ramiro refere-se à exigência de julgamento feito pelo inimigo capturado. Zé Bebelo redefine, na resposta, a tradição. Os costumes são muito importantes nas relações inter-humanas. Exige-se, porém, que respondam às exigências atuais. Tornam-se um entrave à convivência no instante em que são reconhecidos como velhos.

Continua o diálogo com a observação de Joca Ramiro:

- "O senhor não é do sertão. Não é da terra..."

Ao que Bebelo responde:

- "Sou do fogo? Sou do ar? Da terra é a minhoca — que a galinha come e cata: esgravata!"<sup>5</sup>

Estamos em presença de uma destelurização do homem. Telúrico é o homem indissoluvelmente ligado à terra, o que ele é nas palavras de Joca Ramiro. Como tal a terra protege o homem assim como a mãe atende as necessidades da criança. A dependência é total. A criança longe da mãe, o homem longe da terra perecem. Zé Bebelo se declara livre desta dependência como de qualquer outra que a natureza queira impor.

Joca Ramiro, ao se convencer da legitimidade do julgamento, desteluriza-se com todos os comandados que o acompanham. Quem julga rompe vínculos, distancia-se, assume posição crítica. O julgamento se faz através do discurso. Sem discurso não há julgamento. Para julgar é preciso pensar. E o pensamento não se realiza fora do discurso. Tomamos pensamento no sentido original. Pensar é pesar, avaliar, ponderar. Pensar e pesar têm a mesma origem. Ao se disporem a julgar, os sertanejos saem da tradição e ingressam no pensamento crítico. O sertão faz-se móvel, lança-se nos perigosos rumos das decisões originais e do progresso. Abandonado o materno e telúrico abrigo da tradição, viver torna-se muito perigoso.

Os jagunços se dividem. Hermógenes, apoiado por Ricardão, vota pela morte, obedientes à lei antiga, os outros se declaram por diversas formas de liberdade ao prisioneiro. Entre as vozes ouvidas, sobressai o discurso de Riobaldo. No primeiro encontro com Diadorim, perdera a linguagem, a realidade mostrara-lhe facetas

que ele não sabia nomear. Recupera linguagem agora. Ainda que não investido de autoridade, acerta com a solução adequada. Sendo este o primeiro processo, não está apoiado por um texto já organizado. Diante da situação nova, inventa nova solução. Nomeia o novo e o faz convincentemente. O discurso que proferiu, na opinião de Diadorim, dá-lhe condições de mando. Ilustrativo é, também neste episódio, o confronto de Riobaldo com o Fabiano de **Vidas Secas**. Fabiano não domina, porque não fala. A palavra alça Riobaldo à liderança. A palavra livre liberta de imposições passadas e presentes.

A chefia de Riobaldo, conquistada pela palavra, será instável. Toda afirmação compreende a negação. O julgamento de Zé Bebelo ensinou que o mesmo referente comporta discursos discordantes. Viu-se que signo e referente não constituem unidade. Cindidos, o signo anda em busca do referente sem ter certeza de alcançá-lo. O diálogo, Índice da liberdade, o é também da perda. É o que Riobaldo declara recordando o julgamento:

"Mire e veja o senhor: e o pior de tudo era que eu mesmo tinha de achar correto o razoado de Ricardão, reconhecer a verdade daquelas palavras relatadas. Isto achei, meio me entristeci. Por quê? O justo que era, aquilo estava certo. Mas, de outros modos — que bem não sei — não estava"<sup>6</sup>.

Hermógenes não acompanha Riobaldo nesta vereda. Para esse, o signo não se desprende do referente, a realidade comporta um discurso apenas. Para que julgamento? Não havendo espaço para discursos divergentes, prende-se ao monólogo, permanece preso à tradição e subjugado por ela.

Desvinculada a linguagem do referente, se torna disponível para o diálogo com outras linguagens. Pode impregnar-se de linguagem civilizada sem dano. Isto não acontece enquanto a linguagem rústica se conserva presa à terra e ao homem não civilizado. Em outras situações, o confronto da linguagem rústica e da culta decreta a inferioridade da primeira. Verifica-se o contrário no texto desvendado por Riobaldo em que se entretecem elementos heterogêneos sem hierarquia nem subordinação. A linguagem sertaneja aflo- ra livre e se coloca ao nível da linguagem culta. Na "Carta pras Icamíabas" de Macunaíma, a linguagem rústica estava ainda sujeita ao seqüestro; aqui, não.

Veja-se esta passagem da introdução de Riobaldo no julgamento:

"Mas, se a gente der condena de absolvido: soltar este homem Zé Bebelo, a mãvazias, punido só pela derrota que levou — então, eu acho, é fama grande"<sup>7</sup>.

A linguagem culta comparece tanto na correta flexão verbal e nominal como na sintaxe. Não obstante, o texto preserva tom rústico. O substantivo **condena** não figura no dicionário. **Condena** é abreviação rústica de **condenação**. E Riobaldo não emprega **condena** no sentido de **condenação**, **condena** significa **sentença**. A frase inteira é exótica. Em vez de "se a gente der condena de absolvição", diríamos "se a gente absolver". E, se quiséssemos evitar o coloquialismo, nos expressariamos na forma sintética "se absolvermos".

O dicionário também não registra **mãvazias**. E este substantivo não é sinônimo de "mãos vazias". A **mãvazias** significa "em liberdade".

Ao dizer "se a gente der condena de absolvido", Riobaldo não recorre a uma fórmula jurídica do sertão. O sertão não tem linguagem jurídica, este é o primeiro julgamento. O orador procura exprimir uma coisa para a qual, no sertão, ainda não existem palavras. O fato novo exige uma linguagem nova e ele a inventa. Se estivesse sujeito a estereótipos consagrados, permaneceria em silêncio ou diria coisas inadequadas. Livre da opressão de códigos, inventa. Prevenido de que o auditório possa não alcançar o sentido de suas acrobacias verbais, ele as traduz na linguagem de todos os dias: "soltar este homem Zé Bebelo, a mãvazias".

Como se vê, a rusticidade não indica o homem de classe inferior, acontece o contrário: este discurso rude indica o novo chefe. A linguagem rústica se coloca sem desdouro ao nível da linguagem culta, dialoga com ela, eleva-se acima dela e inventa des-temidamente.

Embora o julgamento represente progresso, conferindo ao homem autoridade sobre a tradição, não lhe garante situação confortável. O julgamento fixa, e a realidade é móvel. O homem encontra-se então num dilema, deve julgar o que não se submete ao império da lei. Nem as leis da natureza são rígidas, se fossem, não

haveria peixes que nadam em sentido contrário ao fluxo das águas. Se não há constância no domínio da natureza, como buscá-la no homem? O homem não se imobiliza antes de morrer. A incerteza o expõe a risco contínuo. Lê-se tudo isto e muito mais na fala pitoresca de Riobaldo:

"Antes sendo: julgamento é sempre defeituoso, porque o que a gente julga é o passado. Eh, bê. Mas, para o escriturado da vida, o julgar não se dispensa, carece? Só que uns peixes tem, que nadam rio-arriba, da barra às cabeceiras. Lei é lei? Lôas! Quem julga já morreu. Viver é muito perigoso mesmo"<sup>8</sup>.

O julgamento divide os que antes estavam unidos. Hermógenes conserva-se preso ao uso antigo. O romance esboça uma nova seqüência. A luta prossegue agora entre Hermógenes e os sucessores de Joca Ramiro, entre a tradição férrea e as decisões originais, entre a simplicidade e a ambigüidade, entre a servidão e a liberdade, entre o silêncio e a palavra, entre o monólogo e o diálogo.

A narrativa de Riobaldo ao ouvinte citadino se parece com o julgamento de Zé Bebelo. A exposição começa caótica, correspondendo à primeira intervenção de São Candelário<sup>9</sup>. Riobaldo não acerta com a palavra ordenadora. Os fatos se apresentam evocados pelos interesses pessoais do narrador. Riobaldo fala mais consigo mesmo do que com o outro. Fragmentos extraídos dos contextos mais diversos se justapõem. O diabo, contínua preocupação de Riobaldo, provoca também esta desorganização. O diabo é o contrário da palavra, é o que não fala. A luta contra o diabo se processa no falar. Os fatos vão-se ordenando aos poucos. Aqui, não é a palavra que se faz carne, como no Evangelho de João. A inteligibilidade não se estabelece antes dos acontecimentos para, no momento oportuno, assumi-los e ordená-los. A carne é que, aos poucos vai-se fazendo palavra. Não se chega, contudo, à palavra final. A exposição acaba sem se alcançar a inteligibilidade buscada. Neste novo julgamento, falta a Riobaldo um juiz como Joca Ramiro. A ausência de juiz impossibilita a escolha entre teses contrárias. O discurso acaba e a dúvida persiste. Colocado entre o sim e o não, Riobaldo sonha com uma autoridade suprema que elimine a dúvida mediante decreto. Imagina, depois disso, a paz do paraíso.

O discurso de Riobaldo não é pura exposição dos fatos, apre-

sentam-se como tentativa de expô-los e compreendê-los. O narrador não é um conduto neutro entre o passado e os ouvintes, como foi na epopéia. Mostra-se agora pessoalmente envolvido e desamparado.

Não existindo a palavra absoluta, compete-lhe inventá-la. A ruptura com dependências do passado ou de outra cultura confere-lhe autonomia soberana. E esta o remete a um permanente estado de assombro. O uso da palavra torna a vida mais perigosa do que o manejo das armas. Riobaldo aceita o desafio. Vencida a timidez inicial, Riobaldo inventa o código em que se expressa, sem preocupação de autenticidade. Importa-lhe a eficácia. Não espera que o seu vocabulário e a sua sintaxe sejam validadas por alguma autoridade.

Torna-se socraticamente irônico. O ironista abdica dos seus privilégios. Coloca-se na posição do que não sabe e neste papel abala todas as certezas. Embora se tenha declarado partidário de Deus, faz-se diabólica na desarticulação do estabelecido. O pacto que fez com o diabo excede o episódio em que isto se dá no romance. No instante em que descobre que a palavra e a realidade não constituem unidade e que sobre o mesmo fato pode haver mais de um discurso com pretensões à verdade, o diabo se insinua. A dúvida é de procedência diabólica. O narrador é pessoalmente campo de conforto de Deus e do diabo. Este é o fundamento do seu procedimento irônico.

Riobaldo é mais do que um ironista socrático. Sócrates não põe em dúvida as essências, ainda que lhe faltem recursos para alcançá-las. E não se compromete com o mal. Conduzido pelo bem, caminha retilíneo. Pactuando com o diabo, Riobaldo se aproxima de Fausto. Fausto, como símbolo do homem moderno, perde as certezas que tornam límpidas as decisões do filósofo de Atenas. A incerteza leva o herói de Goethe a comprometer-se com o diabo para atingir a verdade e o bem<sup>10</sup>. Nesta trama enredou-se Riobaldo. Foi arrastado a esta medida ousada pela duplicidade da própria realidade. Diadorim mostra-se, desde o primeiro encontro, figura dúbia. Não são puros os sentimentos que Riobaldo sente por ele, estão cercados de uma proibição. Joca Ramiro, um chefe íntegro, serve-se de um assassino como Hermógenes para triunfar. Nem Deus sobreviveria no sertão desarmado.

Não sendo fixo o referente, não se pode nomeá-lo por intei-

ro. O nomeado em **Grande Sertão: Veredas**, esconde sempre uma face, nunca se mostra completo. Ora, não se pode descrever o que não é fixo. O que é móvel solicita a narração. Está aí o motivo da longa fala de Riobaldo, cheia de reços e incertezas. O narrador não alcança a serena face apolínea da narração épica. O diabo é tão forte, que não se pode subjugá-lo. Sem pactuar com ele, nada é possível: nem ação, nem narração. Aceitas as condições daquele que oculta, está sempre mais além o que se busca. A narração estende-se também como investigação.

O sertão que, segundo o narrador, está em toda parte, define o espaço americano. As portas do paraíso foram arrombadas pelo diabo. Os projetos de bem-aventurança comparecem transferidos para um futuro utópico. As contradições que contaminam tudo o que se toca tornam impossível a construção da epopéia. Chega-se ao uso da palavra através do julgamento. Dilata-se cronológica e geograficamente o cenário que atraiu a atenção de Brasília no Sul, mas agora sem a peia do texto seqüestrador. O narrador não se constrange em examinar, com todas as limitações, a sua própria circunstância sem subordinar-se a imposições importadas.

O confronto rusticidade/civilização persiste. O narrador fala a um ouvinte do litoral urbanizado que mantém fortes vínculos culturais com a Europa. Riobaldo dialoga através do ouvinte com o mundo. Ao contrário, porém, do que ocorria antes, o sertanejo decreta o silêncio do homem civilizado. Tem desenvoltura suficiente para ousar surpreendentes acrobacias. Da mestiçagem formou-se um homem novo. Euclides da Cunha já o declarara forte, mas Guimarães Rosa soube despertar-lhe a voz.

#### BIBLIOGRAFIA

1. ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. Rio, José Olympio, 1963.
2. Ibid., p.103.
3. Ibid., p.105.

4. BALANDIER, Georges. "Contribution à une sociologie de la Dépendence". In: GURVITCH, Georges (Directeur). *Cahiers Internationaux de Sociologies*. Paris, Seuil, 1952, v. XII, p.47-69.
5. Grande Sertão: Veredas, p. 247.
6. Ibid., p. 254.
7. Ibid., p. 260.
8. Ibid., p. 255.
9. GARBUGLID, José Carlos. *O mundo movente de Guimarães Rosa*. São Paulo, Ática, 1972.
10. NIETZSCHE, Frederico. *Origem da tragédia*. Lisboa, Guimarães, 1972.